

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	15
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	20
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	21

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	22
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	54
10.8 - Plano de Negócios	55
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela Companhia em seu processo de gerenciamento dos riscos, de forma a possibilitar a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia se baseou nas determinações previstas: (i) no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de 3 de outubro de 2017; (ii) na Resolução CVM nº 80, 29 de março de 2022; (iii) nas Diretrizes do COSO - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Integrado com Estratégia e Performance, editado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO); (iv) no Estatuto Social da AMBIPAR; (v) no Manual de Governança do Grupo AMBIPAR; e (vi) no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações. Os riscos são classificados pela política de gerenciamento de riscos da seguinte forma:

- Riscos Estratégicos: estão relacionados com possibilidade de ser implementada uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos;
- Riscos Financeiros:
 - Riscos Ligados ao Mercado: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;
 - Riscos Ligados ao Crédito: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas resultantes da incerteza quanto aos recebimentos de valores contratados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos;
 - Riscos Ligados a Liquidez: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de realização de uma transação em tempo pactuado e perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descompasso entre os ativos e passivos;
- Riscos operacionais: são aqueles que decorrem da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos, ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia. Decorrem também de falhas na operacionalização e mensuração da manutenção das prestações de serviços ou operação de dimensionamento das necessidades confrontadas com custos e margens operacionais, impossibilidade de montagem de equipamentos, transporte e acondicionamento de máquinas para execução dos serviços contratados, estrutura inadequada da contratante para operacionalização dos serviços;

- Riscos Legais, Regulatórios e de Compliance: são aqueles riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas, inclusive ambientais. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros;
- Riscos Políticos: são aqueles relacionados a mudanças políticas, crises globais e imprevistos econômicos;
- Riscos Tecnológicos: são os riscos de novas tecnologias entrantes que não sejam de domínio das empresas da Companhia e que podem de alguma forma ser assimiladas de forma mais rápida pelo mercado, trazendo desvantagens econômicas e ecológicas que impactem nos negócios atuais; e
- Riscos Socioambientais: são aqueles relacionados a riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade.

(ii) **Instrumentos utilizados para proteção**

Em linha com as melhores práticas, o processo de gestão de Riscos é formado pelas seguintes etapas:

a) Disposição a risco e delimitação de limites de riscos aceitáveis

A disposição a riscos da Companhia está alinhada com a missão, a visão, os valores fundamentais e a estratégia adotada, refletindo os limites de riscos aceitáveis pela Companhia. Estes limites são propostos pelo documento elaborado pela Diretoria Executiva para o Planejamento, Controle e Riscos Corporativos ("PCRC"), recomendados pelos Comitês de Auditoria e de Conduta e aprovados pelo Conselho de Administração, e devem estar associados ao grau de exposição de riscos que a Companhia está disposta a aceitar para atingir seus objetivos estratégicos e criar valor para os acionistas.

b) Identificação de Riscos e Eventos

A identificação de riscos e eventos na Companhia ocorre de maneira estruturada, em linha com as estratégias de negócio do grupo, por meio de fontes internas e externas, descritas abaixo.

- Fontes internas: Periodicamente os principais executivos, os Proprietários de Risco, Colaboradores responsáveis pelas funções relacionadas a Riscos e auditores internos serão entrevistados pelo Comitê de Conduta para identificação de tendências a novos riscos;
- Fontes externas: Periodicamente, serão consultados e/ou entrevistados os auditores externos, órgãos reguladores, o próprio mercado, governo, mídia e demais partes interessadas.

c) Avaliação de Riscos

Os responsáveis diretos pela gestão dos riscos associados às suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação de medidas corretivas para o devido tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta ("Proprietários do Risco"), com orientações do PCRC, devem identificar e avaliar os riscos em suas operações pelo seu impacto e probabilidade de ocorrência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Verificado o risco, os Proprietários do Risco devem encaminhar reporte ao Comitê de Auditoria, que avaliará o risco utilizando-se de metodologias de mensuração quantitativa e/ou qualitativa.

Quanto ao impacto, os riscos serão classificados em quatro níveis - Baixo, Médio, Elevado e Extremo - considerando as seguintes definições:

- **Impacto quantitativo:** medido pelo impacto potencial em valores financeiros;
- **Impacto qualitativo:** medido pelo impacto potencial em reputação, operação e meio ambiente. Quanto à probabilidade, devem ser classificados segundo a seguinte escala: remota, possível, provável ou muito provável, envolvendo a análise das causas, frequência e fontes de risco.

A definição do tratamento a ser dado aos riscos identificados baseia-se no seu grau de

	EXTREMO				RISCO Y
GRAU DE IMPACTO	ELEVADO	RISCO Z			
	MEDIO			RISCO X	
	BAIXO				
	REMOTA	POSSÍVEL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

exposição (nível do risco) e natureza de risco. O grau de exposição será classificado como "Baixo", "Médio", "Elevado" ou "Extremo".

A probabilidade de ocorrência é definida de acordo com os tipos e características de riscos definidas no quadro abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

REMOTA	Risco de baixo impacto e frequência, dispensando monitoramento constante
POSSÍVEL	Riscos de menor criticidade dado o menor nível de impacto do negócio. Focase em definir níveis aceitáveis de perda por evento e limites de competência. Contrato de seguros contra tais riscos.
PROVÁVEL	Riscos esporádicos de baixa frequencia e alto impacto. Demandam monitoramento constante e plano de contingência para mitigar danos em caso de ocorrência.
MUITO PROVÁVEL	Riscos inaceitáveis que demandam ação gerencial prioritária para eliminar componentes de risco e reduzir severidade ou frequência.

d) Priorização e tratamento

Após a avaliação dos riscos, é possível compará-los de maneira relativa quanto aos níveis de impacto e probabilidade atribuídos e priorizar seus planos de ação. O tratamento dos riscos envolve a escolha de uma das alternativas listadas abaixo:

- Eliminar o risco;
- Diminuir o risco;
- Transferir o risco; e
- Aceitar o risco.

e) Monitoramento

O PCRC deve acompanhar continuamente e documentar o desempenho dos indicadores de riscos, bem como os seus limites, e supervisionar a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável. Os riscos priorizados serão discutidos, acompanhados e divulgados bimestralmente pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Conduta e pelo Conselho de Administração.

f) Comunicação e consulta

Os processos de comunicação e consulta devem permear todo o grupo AMBIPAR e visam compartilhar e fornecer informações para o gerenciamento contínuo de riscos, a exemplo da matriz de riscos, que é a ferramenta utilizada pela Companhia para apresentar visualmente os resultados do processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco" ou *heat map*, ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos conforme seu grau de impacto, quantitativo e qualitativo, e probabilidade de ocorrência. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, são implementados procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
 - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia;
 - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
 - v. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio dos Comitês de Auditoria e de Conduta;
 - vi. Aprovar o nível de Disposição a Risco da Companhia na condução de seus negócios;
 - vii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
 - viii. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
 - i. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
 - iii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);
 - iv. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;
 - v. Informar à área de Gestão de Riscos Corporativos e ao Comitê de Auditoria sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
 - vi. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;
 - vii. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
 - viii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoiando-os na identificação e tratamento;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- ix. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;
 - x. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
 - xi. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
 - xii. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
 - xiii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
 - xiv. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
 - Demonstrações financeiras;
 - Implementação do programa de compliance;
 - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
 - Auditoria interna.
 - ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
 - iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;
 - iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
 - v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
 - vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- i. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
- ii. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
- iii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia refletem a sua visão;
- iv. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
- v. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
- vi. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
- vii. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
- viii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
- ix. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
 - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
 - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
 - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
 - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
 - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
 - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
 - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança;
 - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
 - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
 - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;
 - vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
 - vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria realiza a avaliação da efetividade do modelo de gestão de riscos e a supervisão das atividades relativas ao processo de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia, e faz suas recomendações de soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos. Ainda, a área de Auditoria Interna aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

O Conselho de Administração da Companhia declara que a área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela AMBIPAR no processo de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, de forma que possibilitem a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos ligados ao mercado são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços da commodities.

Conforme descrito no item 4.2, a Companhia busca proteção, especialmente, para os riscos:

- (a) de taxa de juros, o qual decorre da parcela da dívida referenciada à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e suas controladas está atrelada às taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
- (b) de taxa de câmbio, o qual decorre da contratação de empréstimo em dólar, na qual há a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzem os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como hedge natural. A operação de hedge da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira, uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza, atualmente, swap cambial para proteção patrimonial de seus contratos em moeda estrangeira.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

A administração de riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em confrontação com as taxas vigentes no mercado.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
 - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia;
 - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
 - v. Avaliar periodicamente a eficiência da estrutura e o orçamento da Auditoria Interna;
 - vi. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta;
 - vii. Aprovar o nível de disposição a risco da Companhia na condução de seus negócios;
 - viii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
 - ix. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
 - xv. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
 - xvi. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
 - xvii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);
 - xviii. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

- xix. Informar ao Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
 - xx. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;
 - xxi. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
 - xxii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoando-os na identificação e tratamento;
 - xxiii. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;
 - xxiv. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
 - xxv. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
 - xxvi. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
 - xxvii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
 - xxviii. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
 - Demonstrações financeiras;
 - Implementação do programa de compliance;
 - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
 - Auditoria interna.
 - ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
 - iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

- iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:

- x. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
- xi. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
- xii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia reflitam a sua visão;
- xiii. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
- xiv. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
- xv. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
- xvi. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
- xvii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
- xviii. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
 - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
 - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
 - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;
 - iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
 - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
 - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
 - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
 - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança;
 - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
 - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
 - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;
 - vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
 - vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas e atribuições descritas acima, a Companhia conta com a atuação de sua Diretoria Adjunta, que é responsável por executar as atividades relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia. A Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não acumula atribuições operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando o acima exposto, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As práticas de controles internos adotadas pela Companhia estão de acordo com a complexidade de seus negócios e atividades e visam garantir (i) o atendimento à legislação e regulamentos aplicáveis, em especial os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e (ii) a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Companhia adota diretrizes a serem atendidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e cumprir com as regulamentações existentes.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Companhia possui área de Auditoria Interna, que é responsável pela avaliação e controle interno da divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. A área de Auditoria Interna é supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Companhia, comitê de assessoramento cuja criação foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Ademais, anualmente, os Auditores Independentes atuam na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras. Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria acompanha as atividades da área de Auditoria Interna e dos Auditores Independentes.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- **Conselho de Administração:** dentre outras atribuições, é responsável por tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia;
- **Diretoria Executiva:** dentre outras atribuições, é responsável por implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração no que diz respeito ao gerenciamento de riscos detectados através das atividades de controles internos;
- **Comitê de Auditoria:** dentre outras atribuições, é responsável por:
 - i. Acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;
 - ii. Avaliar a analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos da Companhia; e
 - iii. Identificar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.
- **Auditoria Interna:** dentre outras atribuições, é responsável por:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de controles internos da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;
- iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
- iv. Reportar as atividades de controles internos para o Comitê de Auditoria;
- v. Buscar melhorias no processo de controles internos continuamente;
- vi. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas descritas acima, as atividades de controles internos da Companhia são executadas pela Diretoria Adjunta, responsável por gerir o bom funcionamento das estruturas e procedimentos envolvidos nos controles internos corporativos. Conforme mencionado no item 5.1.iii.b deste Formulário de Referência, a Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não possui, entre suas atribuições, atividades operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controles internos relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna. Ademais, os auditores independentes fazem o levantamento e avaliação dos processos internos de elaboração das demonstrações financeiras, associado aos seus trabalhos de avaliação dos controles internos e realização de procedimentos analíticos e substantivos para emitir o seu parecer.

Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediar-las.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do Auditor Independente não apontou deficiências materiais nos controles internos da Companhia e de suas controladas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, haja vista que não constaram deficiências significativas nos apontamentos feitos pelo Auditor Independente da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas de seu Programa de Compliance em seu Código de Conduta & Compliance ("Código de Conduta") documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020 e reformado em 08 de abril de 2020, em consonância com o propósito e os valores da Companhia. O referido documento reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Ademais, o Comitê de Conduta é a instância interna responsável por desempenhar as funções de compliance da Companhia, contando com autonomia para tomar decisões e implementar as ações requeridas para o correto funcionamento do Programa de Compliance da Companhia, além de autoridade para propor mudanças e correções necessárias em qualquer regra, procedimento, norma ou política da Companhia.

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- (i) Definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber, o Código de Conduta, documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, que estabelece os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia relaciona. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) princípios organizacionais; (ii) missão e valores; (iii) relação com o meio ambiente; (iv) ambiente de trabalho; (v) relacionamento com público externo; (vi) relacionamentos políticos; (vii) Comitê de Conduta; (viii) treinamentos; (ix) Canal de Ética; (x) consequências de violação; e (xi) medidas disciplinares.
- (ii) Treinamentos periódicos a todos os funcionários acerca das condutas, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas do grupo AMBIPAR;
- (iii) Detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização do Canal de Ética da Companhia;
- (iv) Monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, sendo que a reavaliação dos riscos ocorre anualmente;
- (v) Revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(vi) Implementação de Comitê de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia e das demais empresas do grupo AMBIPAR; e

(vii) Adoção de cláusulas anticorrupção em contratos firmados pela Companhia com terceiros e fornecedores.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Conduta, criado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, é responsável por definir e divulgar os valores e princípios éticos que orientam a conduta profissional da Companhia e de seus colaboradores. Cabe a este Comitê avaliar as ocorrências de violações dos princípios estabelecidos no Código de Conduta, determinar a ação corretiva mais adequada e reduzir a subjetividade de interpretações pessoais sobre os princípios que direcionam as atividades da Companhia.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e tem a atribuição de divulgar o conteúdo das políticas de integridade da Companhia, estimulando o respeito aos princípios éticos e os procedimentos de integridade.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia possui o Código de Conduta.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código se aplica a todos os colaboradores, administradores, fornecedores, representantes, prestadores de serviços e parceiros comerciais da Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Periodicamente, a Companhia conduz treinamentos obrigatórios e outras iniciativas para a conscientização a todos os colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, ao menos uma vez por ano, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas da Companhia.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância dos princípios e preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta, às leis, normas e outras políticas da Companhia poderão ensejar as seguintes medidas disciplinares, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal decorrentes das disposições legais aplicáveis: (i) advertência oral e por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho ou comercial (caso a violação tenha sido cometida por terceiro); e (iv) medidas legais relacionadas à ressarcimento dos danos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020. O Código de Conduta pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: canaldeetica@ambipar.com.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Companhia possui o Canal de Ética, disponível através do e-mail canaldeetica@ambipar.com.

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é interno.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto aos colaboradores, fornecedores, clientes e terceiros.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se com a confidencialidade dos relatos recebidos.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Conduta da Companhia, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo das denúncias recebidas.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza auditorias legais focadas na identificação de possíveis riscos advindos da realização de tal operação, como, por exemplo, o envolvimento da empresa-alvo e de seus sócios em investigações, processos administrativos ou judiciais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Oferecemos diversos produtos e serviços, além de oferecermos tecnologias de ponta e atuarmos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Elaboramos projetos específicos para cada cliente, visando à implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da economia circular (isto é, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupando recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações).

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Na visão da nossa administração, a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O modelo de negócios da Companhia, sustentado por uma plataforma capaz de ofertar serviços integrados e complementares, permite que a Companhia consiga atingir taxas de crescimento e oferecer o retorno sobre o capital investido.

Principais Indicadores financeiros

Abaixo apresentamos uma tabela contendo informações de dívida e alavancagem dos três últimos exercícios sociais:

(em R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Bruta	2.667.652	207.136	320.682
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(793.241)	591.608	77.639

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida Líquida	1.874.411	384.472	243.043
Total do patrimônio Líquido	1.304.732	1.225.750	208.997
Total do capital	3.179.143	841.278	69.202
Índice de alavancagem financeira (%)	(59,0)	(45,7)	351,2

Maiores detalhes sobre a evolução do índice de alavancagem da Companhia estão descritos no item (b) abaixo.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital de terceiros (emprestimos e financiamentos)	2.667.652	207.136	320.682
Empréstimos e financiamentos – circulante	267.862	44.876	70.520
Debêntures – circulante	74.232	0	1.745
Empréstimos e financiamentos – não circulante	1.007.551	162.260	145.595
Debêntures – não circulante	1.318.007	0	102.822
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.304.732	1.225.750	208.997
Capital empregado (terceiros + próprio)	3.972.384	1.432.886	529.679
Parcela de capital de terceiros	67,2%	14,5%	60,5%
Parcela de capital próprio	32,8%	85,5%	39,5%

O aumento de capital próprio e a redução do capital de terceiros da Companhia, de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020, é em decorrência do IPO (oferta inicial de ações) ocorrida em julho de 2020.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia verificou um aumento significativo do capital de terceiros, haja vista a necessária capitalização da empresa para possibilitar a execução de seu plano de negócios, qual seja, a expansão por meio de aquisições.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, conforme evolução dos indicadores na tabela abaixo. Para se assegurar disso, a Companhia utiliza dois índices de liquidez: (i) o índice de liquidez geral, que consiste no total do ativo, excluindo imobilizado e intangível, dividido pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante; e (ii) o índice de liquidez corrente, que consiste na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Liquidez geral	0,44	2,14	0,65
Índice de Liquidez corrente	1,67	5,23	1,72

Ainda, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de suas subsidiárias; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias, principalmente, para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas subsidiárias são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Modalidade	Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	Consolidado (em R\$ mil)			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	3,16 + CDI	Julho de 2026	138.730	629.150	7.080	19.611
Financiamento de investimento	10,84	Junho de 2027	97.382	349.137	37.006	141.771
Arrendamento mercantil financeiro	8,51	Novembro de 2025	31.750	29.264	790	878
			267.862	1.007.551	44.876	162.260

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de financiamento da Companhia possuem cláusulas restritivas em relação a alienação de ativos, pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório em caso de descumprimento de obrigações e alienação de controle societário. A Companhia e a suas subsidiárias estavam nos últimos três exercícios sociais, em cumprimento com as suas obrigações contratuais decorrentes dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por ser uma empresa de participações (holding), as movimentações da Companhia são, principalmente, decorrentes de investimentos, dividendos e de aplicações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Receita líquida	1.916.332	100,0%	701.612	100,0%	173,1%
Custos dos serviços prestados	(1.499.772)	-78,3%	(542.819)	-77,4%	176,3%
Lucro bruto	416.560	21,7%	158.793	22,6%	162,3%
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(103.891)	-5,4%	(31.151)	-4,4%	233,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.073	0,8%	1.484	0,2%	983,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	328.742	17,2%	129.126	18,4%	154,6%
Despesas financeiras	(144.351)	-7,5%	(69.217)	-9,9%	108,5%
Receitas financeiras	38.275	2,0%	14.595	2,1%	162,2%
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social	222.666	11,6%	74.504	10,6%	198,9%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(47.055)	-2,5%	(12.421)	-1,8%	278,8%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(6.740)	-0,4%	(12.560)	-1,8%	-46,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido do exercício	168.871	8,8%	49.523	7,1%	241,0%
----------------------------	---------	------	--------	------	--------

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.916.332 mil comparativamente a R\$ 701.611 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1.214.720 mil ou 173,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento orgânico e inorgânico da Companhia, principalmente das plataformas TWM e pós consumo na divisão Environment e expansão no mercado internacional na divisão Response.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados (CSP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.499.772 mil comparativamente a R\$ 542.819 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 956.953 mil ou 176,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento na base de clientes e proporcional ao aumento da receita.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 416.560 mil comparativamente a R\$ 158.793 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 257.767 mil ou 162,3%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 21,7% e 22,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas Gerais, Administrativas e Com Vendas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 87.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparadas a R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 58.151 mil ou 196,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas de pessoal, manutenção e serviços de terceiros.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 328.742 mil comparativamente a R\$ 129.126 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 199.616 mil ou 154,6%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 222.666 mil, comparativamente a R\$ 74.504 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 148.162 mil ou 198,9%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 53.795 mil, comparativamente a R\$ 24.981 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 28.814 mil ou 115,3%. Este aumento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nominal é atribuído substancialmente ao incremento do lucro no ano de 2021 que atingiu R\$ 222,7 milhões ante R\$74,5 milhões em 2020.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 168.871 mil, comparativamente a R\$ 49.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 119.348 mil ou 241,0%, devido aos fatores descritos acima. Lucro líquido do período representou 8,8% e 7,1% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita líquida	701.612	100,0%	484.385	100,0%	44,8%
Custos dos serviços prestados	(542.819)	-77,4%	(374.870)	-77,4%	44,8%
Lucro bruto	158.793	22,6%	109.515	22,6%	45,0%
Despesas gerais e administrativas	(31.151)	-4,4%	(26.099)	-5,4%	19,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.484	0,2%	1.221	0,3%	21,5%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	129.126	18,4%	84.637	17,5%	52,6%
Despesas financeiras	(69.217)	-9,9%	(42.204)	-8,7%	64,0%
Receitas financeiras	14.595	2,1%	2.185	0,5%	568,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.504	10,6%	44.621	9,2%	67,0%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(12.421)	-1,8%	(6.149)	-1,3%	102,0%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(12.560)	-1,8%	(3.004)	-0,6%	318,1%
Lucro líquido do período	49.523	7,1%	35.468	7,3%	39,6%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 701.611 mil comparativamente a R\$ 484.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 217.227 mil ou 44,8%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) *Environment*: crescimento de 30,5%, passando de R\$ 257.774 mil para R\$ 336.430 mil, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão total de resíduos em plantas industriais, além do efeito das aquisições, com destaque para Supply, Verde Ghaia e Âmbito; e
- (ii) *Response*: crescimento de 61,1%, passando de R\$ 226.611 mil para R\$ 365.181 mil, devido ao aumento no Brasil de contratos fixos com clientes (aumento das mensalidades recebidas) e ao aumento do número de ocorrências; efeito das aquisições da Allied, One Stop e IntraCoastal; além do efeito do câmbio.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 542.819 mil, uma elevação de 44,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

terceiro, manutenção de máquinas, equipamentos e veículos e custos com materiais utilizados na prestação de serviços, devido à maior atividade de tais controladas e, consequentemente, maior custo e investimento.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 158.793 mil comparativamente a R\$ 109.515 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 50.278 mil ou 45,0%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 22,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparadas a R\$ 24.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 4.789 mil ou 19,2%, aumento, justificado, principalmente, pelo aumento da estrutura comercial, devido a criação de 7 regionais, ampliação da estrutura administrativa, além do aumento dos gastos com Companhia aberta, como por exemplo Conselho de Administração.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 129.126 mil comparativamente a R\$ 84.637 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,6%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$ 54.622 mil, comparativamente a uma despesa de R\$ 40.016 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 14.606 mil ou 36,5%. Resultado financeiro, líquido representou 7,8% e 8,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a melhoria da estrutura de capital devido aos recursos oriundos do IPO em julho de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 74.502 mil, comparativamente a R\$ 44.618 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 29.883 mil ou 67,0%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, parcialmente impulsionado pela diluição do SG&A e resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.981 mil, comparativamente a R\$ 9.153 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 15.828 mil. Esta variação é atribuída,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substancialmente, ao maior lucro antes do imposto de renda, além do aumento da alíquota efetiva de imposto.

Lucro líquido do período

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 49.521 mil, comparativamente a R\$ 35.465 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 14.055 mil ou 39,6%. Lucro líquido do período representou 7,1% e 7,3% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Ativo					
Circulante	1.500.173	30,9%	866.279	52,7%	73,1%
Caixa e equivalentes de caixa	793.241	16,3%	591.608	36,0%	34,1%
Contas a receber	540.021	11,1%	217.917	13,3%	147,8%
Impostos a recuperar	51.297	1,1%	22.687	1,4%	126,1%
Despesas antecipadas	24.711	0,5%	6.692	0,4%	269,3%
Outras contas a receber	90.903	1,9%	27.375	1,7%	232,1%
Não Circulante	3.361.196	69,1%	777.882	47,3%	332,1%
Contas a receber	9.129	0,2%	4.489	0,3%	103,4%
Impostos a recuperar	12.407	0,3%	4.202	0,3%	195,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.876	0,7%	12.999	0,8%	152,9%
Depósitos judiciais	2.377	0,0%	2.463	0,1%	-3,49%
Outras contas a receber	13.071	0,3%	5.094	0,3%	156,6%
Imobilizado	1.287.212	26,5%	356.514	21,7%	261,1%
Intangível	2.004.124	41,2%	392.121	23,8%	411,1%
Total do ativo	4.861.369	100,0%	1.644.161	100,0%	195,7%
Passivo					
Circulante	897.523	18,5%	165.649	10,1%	441,8%
Empréstimos e financiamentos	267.862	5,5%	44.876	2,7%	496,9%
Debêntures	74.232	1,5%	0	0,0%	100,0%
Fornecedores	99.380	2,0%	17.803	1,1%	458,2%
Salários e encargos sociais a pagar	69.029	1,4%	26.797	1,6%	157,6%
Impostos a recolher	68.684	1,4%	18.812	1,1%	265,1%
Dividendos a pagar	36.133	0,7%	10.646	0,6%	239,4%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	255.965	5,3%	38.467	2,3%	565,4%
Passivo de arrendamento	26.238	0,5%	7.645	0,5%	243,2%
Outras contas a pagar	0	0,0%	603	0,0%	-100,0%
Não Circulante	2.659.114	54,7%	252.762	15,4%	952,0%
Empréstimos e financiamentos	1.007.551	20,7%	162.260	9,9%	520,9%
Debêntures	1.318.007	27,1%	0	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	2.327	0,0%	2.579	0,2%	-9,8%
Impostos a recolher	8.839	0,2%	2.000	0,1%	342,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	112.513	2,3%	51.257	3,1%	119,5%
Passivo de arrendamento	49.973	1,0%	20.671	1,3%	141,8%
Patrimônio Líquido	1.304.732	26,8%	1.225.750	74,6%	6,4%
Capital social	1.151.602	23,7%	1.151.602	70,0%	0,0%
Gastos a emissão de ações	-107.937	-2,2%	-107.937	-6,6%	0,0%
Reserva de Lucros	267.781	5,5%	157.857	9,6%	69,6%
Transações de Capital	-128.544	-2,6%	-10.520	-0,6%	1121,9%
Ajuste acumulado de conversão	-5.674	-0,1%	10.776	0,7%	-152,7%
Atribuível ao controlador	1.177.228	24,2%	1.201.778	73,1%	-2,0%
Participação dos acionistas não controladores	127.504	2,6%	23.972	1,5%	431,9%
Total do passivo e Patrimônio líquido	4.861.369	100,0%	1.644.161	100,0%	195,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 201.633 mil, ou 34,1%, passando de R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 793.241 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela captação de R\$ 450 milhões de capital de giro.

Contas a receber (Curtos e longo prazo)

As contas a receber aumentaram em R\$ 390.272 mil, ou 156,3% passando de R\$ 249.781 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 640.053 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pelo crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 18.019 mil, ou 269,3%, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Environment, para suporte de eventuais gastos com soluções ambientais.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 930.698 mil, ou 261,1% passando de R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.287.212 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pelas adições de R\$550 milhões no exercício, sendo R\$440,2 milhões em Environment e R\$110,7 milhões em Response, que refletem a adição e manutenção de máquinas e equipamentos para atender o aumento da demanda por serviços e novos contratos implantados no período. Complementarmente, houve a incorporação do acervo de ativos proveniente das aquisições de empresas que ocorreram em 2021.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 1.612.003 mil, ou 411,1% passando de R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.004.124 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2021.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 1.068.277 mil, ou 515,7%, passando de R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.275.413 mil em 31 de dezembro 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela captação de R\$ 450 milhões de capital de giro.

O saldo de debêntures aumentou R\$ 1.392.239 mil, passando de R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.392.239 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela emissão, em junho de 2021, de debêntures no valor de R\$ 900 milhões a um custo de CDI + 2,85% a.a. para aquisição correspondente à 100% do capital social da Disal Ambiental e 50% do capital social da Suatrans Chile e pela 2ª emissão de debêntures de R\$500 milhões a um custo de CDI + 2,75% a.a.

Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 278.754 mil, passando de 89.724 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 368.478 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.304.732 mil, em comparação com R\$ 1.225.750 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 78.982 mil ou 6,40%, refere-se principalmente ao aumento do lucro líquido do exercício que reflete a captura de sinergias operacionais das aquisições feitas ao longo do ano.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Ativo					
Circulante	866.279	52,7%	226.971	36,5%	281,7%
Caixa e equivalentes de caixa	591.608	36,0%	77.639	12,5%	662,0%
Contas a receber	217.917	13,3%	116.508	18,7%	87,0%
Impostos a recuperar	22.687	1,4%	16.311	2,6%	39,1%
Despesas antecipadas	6.692	0,4%	0	0,0%	
Outras contas a receber	27.375	1,7%	16.513	2,7%	65,8%
Não Circulante	777.882	47,3%	395.651	63,5%	96,6%
Contas a receber	4.489	0,3%	5.183	0,8%	-13,4%
Impostos a recuperar	4.202	0,3%	12.558	2,0%	-66,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.999	0,8%	15.171	2,4%	-14,3%
Depósitos judiciais	2.463	0,1%	5.519	0,9%	-55,4%
Outras contas a receber	5.094	0,3%	4.130	0,7%	23,3%
Imobilizado	356.514	21,7%	208.314	33,5%	71,1%
Intangível	392.121	23,8%	144.776	23,3%	170,8%
Total do ativo	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%
Passivo					
Circulante	165.649	10,1%	132.566	21,3%	25,0%
Empréstimos e financiamentos	44.876	2,7%	70.520	11,3%	-36,4%
Debêntures	0	0,0%	1.745	0,3%	-100,0%
Fornecedores	17.803	1,1%	20.714	3,3%	-14,1%
Salários e encargos sociais a pagar	26.797	1,6%	19.650	3,2%	36,4%
Impostos a recolher	18.812	1,1%	13.243	2,1%	42,1%
Dividendos a pagar	10.646	0,6%	0	0,0%	100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	38.467	2,3%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	7.645	0,5%	4.129	0,7%	85,2%
Outras contas a pagar	603	0,0%	2.565	0,4%	-76,5%
Não Circulante	252.762	15,4%	281.059	45,1%	-10,1%
Empréstimos e financiamentos	162.260	9,9%	145.595	23,4%	11,4%
Debêntures	0	0,0%	102.822	16,5%	-100,0%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	2.579	0,2%	7.432	1,2%	-65,3%
Provisão para perdas com investimentos	0	0,0%	0	0,0%	
Impostos a recolher	13.995	0,9%	3.409	0,5%	310,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.000	0,1%	15.219	2,4%	-86,9%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	51.257	3,1%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	20.671	1,3%	4.647	0,7%	344,8%
Outras Contas a Pagar	0	0,0%	1.935	0,3%	-100,0%
Patrimônio Líquido	1.225.750	74,6%	208.997	33,6%	486,5%
Capital social	1.151.602	70,0%	69.202	11,1%	1564,1%
Gastos a emissão de ações	-107.937	-6,6%	0	0,0%	100,0%
Reserva de Lucros	157.857	9,6%	125.779	20,2%	25,5%
Transações de Capital	-10.520	-0,6%	0	0,0%	100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	0	0,0%	984	0,2%	-100,0%
Ajuste acumulado de conversão	10.776	0,7%	-800	-0,1%	-1447,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atribuível ao controlador	1.201.778	73,1%	195.165	31,3%	515,8%
Participação dos acionistas não controladores	23.972	1,5%	13.832	2,2%	73,3%
Total do passivo e Patrimônio líquido	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 513.969 mil, ou 662,0%, passando de R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente, principalmente, dos recursos oriundos do IPO (oferta inicial de ações).

Contas a receber (Curtos e longo prazo)

As contas a receber aumentaram em R\$ 111.577 mil, ou 80,7% passando de R\$ 138.204 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 249.781 em 31 de dezembro de 2020, derivado principalmente do crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 6.692 mil, ou 100,0%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente, devido aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Response, para suporte de eventuais gastos na operação emergencial.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 148.200 mil, ou 71,1% passando de R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020. A variação é relacionada principalmente à expansão de frotas e equipamentos especiais.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 247.345 mil, ou 170,8% passando de R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2020.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)

O saldo de empréstimos e financiamentos reduziu R\$ 8.979 mil, ou 4,2%, passando de R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da liquidação antecipada das operações de capital de giro.

Debêntures (Curto e longo prazo)

O saldo de debêntures diminuiu R\$ 104.567 mil, passando de R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, devido a liquidação antecipada das debêntures.

Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 89.724 mil, passando de zero em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 89.724 mil em 31 de dezembro de 2020, oriundo dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.225.750 mil, em comparação com R\$ 208.997 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 1.016.753 mil ou 486,5%, refere-se principalmente ao IPO (oferta inicial de ações).

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	31/12/2020	2021 x 2020
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	164.601	9.523	1.628%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.836.497)	(196.541)	834%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.891.859	697.884	171%
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	219.963	510.866	(57%)

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 164.601 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 9.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 155.078 mil, ou 1.628%, é justificado substancialmente pela apropriação dos juros sobre debêntures e depreciação no período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.836.497 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 196.541 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 1.639.956 mil, ou 834%, é justificado substancialmente pelo dispêndio de caixa para aquisição de empresas.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.891.859 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 697.884 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 1.193.975 mil, ou 171%, é justificado substancialmente pela captação de debêntures no período.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	2020 x 2019
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	9.523	84.520	89%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(196.541)	(85.842)	(129%)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	697.884	57.276	(1118%)
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	510.866	55.954	(813%)

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 9.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 84.520 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R\$ 74.997 mil, ou 89%, é justificado substancialmente pelo aumento do contas a receber devido e extensão do prazo de recebimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 196.541 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 85.842 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 110.699 mil, ou 129%, é justificado substancialmente pelo dispêndio de caixa para aquisição de empresas.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 697.884 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 57.276 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 640.608 mil, ou 1.118%, é justificado substancialmente pelo aumento de capital oriundo dos recursos primários captados na oferta parcialmente compensados pela quitação dos empréstimos e financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Oferecemos diversos produtos e serviços, além de oferecermos tecnologias de ponta e atuarmos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Elaboramos projetos específicos para cada cliente, visando à implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da economia circular (isto é, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupando recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações).

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Na visão da nossa administração, a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O modelo de negócios da Companhia, sustentado por uma plataforma capaz de ofertar serviços integrados e complementares, permite que a Companhia consiga atingir taxas de crescimento e oferecer o retorno sobre o capital investido.

Principais Indicadores financeiros

Abaixo apresentamos uma tabela contendo informações de dívida e alavancagem dos três últimos exercícios sociais:

(em R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Bruta	2.667.652	207.136	320.682
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(793.241)	591.608	77.639

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Dívida Líquida	1.874.411	384.472	243.043
Total do patrimônio Líquido	1.304.732	1.225.750	208.997
Total do capital	3.179.143	841.278	69.202
Índice de alavancagem financeira (%)	(59,0)	(45,7)	351,2

Maiores detalhes sobre a evolução do índice de alavancagem da Companhia estão descritos no item (b) abaixo.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital de terceiros (emprestimos e financiamentos)	2.667.652	207.136	320.682
Empréstimos e financiamentos – circulante	267.862	44.876	70.520
Debêntures – circulante	74.232	0	1.745
Empréstimos e financiamentos – não circulante	1.007.551	162.260	145.595
Debêntures – não circulante	1.318.007	0	102.822
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.304.732	1.225.750	208.997
Capital empregado (terceiros + próprio)	3.972.384	1.432.886	529.679
Parcela de capital de terceiros	67,2%	14,5%	60,5%
Parcela de capital próprio	32,8%	85,5%	39,5%

O aumento de capital próprio e a redução do capital de terceiros da Companhia, de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020, é em decorrência do IPO (oferta inicial de ações) ocorrida em julho de 2020.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia verificou um aumento significativo do capital de terceiros, haja vista a necessária capitalização da empresa para possibilitar a execução de seu plano de negócios, qual seja, a expansão por meio de aquisições.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, conforme evolução dos indicadores na tabela abaixo. Para se assegurar disso, a Companhia utiliza dois índices de liquidez: (i) o índice de liquidez geral, que consiste no total do ativo, excluindo imobilizado e intangível, dividido pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante; e (ii) o índice de liquidez corrente, que consiste na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Liquidez geral	0,44	2,14	0,65
Índice de Liquidez corrente	1,67	5,23	1,72

Ainda, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de suas subsidiárias; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias, principalmente, para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas subsidiárias são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Modalidade	Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	Consolidado (em R\$ mil)			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	3,16 + CDI	Julho de 2026	138.730	629.150	7.080	19.611
Financiamento de investimento	10,84	Junho de 2027	97.382	349.137	37.006	141.771
Arrendamento mercantil financeiro	8,51	Novembro de 2025	31.750	29.264	790	878
			267.862	1.007.551	44.876	162.260

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de financiamento da Companhia possuem cláusulas restritivas em relação a alienação de ativos, pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório em caso de descumprimento de obrigações e alienação de controle societário. A Companhia e a suas subsidiárias estavam nos últimos três exercícios sociais, em cumprimento com as suas obrigações contratuais decorrentes dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por ser uma empresa de participações (holding), as movimentações da Companhia são, principalmente, decorrentes de investimentos, dividendos e de aplicações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Receita líquida	1.916.332	100,0%	701.612	100,0%	173,1%
Custos dos serviços prestados	(1.499.772)	-78,3%	(542.819)	-77,4%	176,3%
Lucro bruto	416.560	21,7%	158.793	22,6%	162,3%
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(103.891)	-5,4%	(31.151)	-4,4%	233,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.073	0,8%	1.484	0,2%	983,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	328.742	17,2%	129.126	18,4%	154,6%
Despesas financeiras	(144.351)	-7,5%	(69.217)	-9,9%	108,5%
Receitas financeiras	38.275	2,0%	14.595	2,1%	162,2%
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social	222.666	11,6%	74.504	10,6%	198,9%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(47.055)	-2,5%	(12.421)	-1,8%	278,8%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(6.740)	-0,4%	(12.560)	-1,8%	-46,3%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro líquido do exercício	168.871	8,8%	49.523	7,1%	241,0%
----------------------------	---------	------	--------	------	--------

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.916.332 mil comparativamente a R\$ 701.611 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1.214.720 mil ou 173,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento orgânico e inorgânico da Companhia, principalmente das plataformas TWM e pós consumo na divisão Environment e expansão no mercado internacional na divisão Response.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados (CSP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.499.772 mil comparativamente a R\$ 542.819 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 956.953 mil ou 176,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento na base de clientes e proporcional ao aumento da receita.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 416.560 mil comparativamente a R\$ 158.793 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 257.767 mil ou 162,3%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 21,7% e 22,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas Gerais, Administrativas e Com Vendas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 87.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparadas a R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 58.151 mil ou 196,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas de pessoal, manutenção e serviços de terceiros.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 328.742 mil comparativamente a R\$ 129.126 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 199.616 mil ou 154,6%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 222.666 mil, comparativamente a R\$ 74.504 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 148.162 mil ou 198,9%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 53.795 mil, comparativamente a R\$ 24.981 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 28.814 mil ou 115,3%. Este aumento

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

nominal é atribuído substancialmente ao incremento do lucro no ano de 2021 que atingiu R\$ 222,7 milhões ante R\$74,5 milhões em 2020.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 168.871 mil, comparativamente a R\$ 49.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 119.348 mil ou 241,0%, devido aos fatores descritos acima. Lucro líquido do período representou 8,8% e 7,1% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita líquida	701.612	100,0%	484.385	100,0%	44,8%
Custos dos serviços prestados	(542.819)	-77,4%	(374.870)	-77,4%	44,8%
Lucro bruto	158.793	22,6%	109.515	22,6%	45,0%
Despesas gerais e administrativas	(31.151)	-4,4%	(26.099)	-5,4%	19,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.484	0,2%	1.221	0,3%	21,5%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	129.126	18,4%	84.637	17,5%	52,6%
Despesas financeiras	(69.217)	-9,9%	(42.204)	-8,7%	64,0%
Receitas financeiras	14.595	2,1%	2.185	0,5%	568,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.504	10,6%	44.621	9,2%	67,0%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(12.421)	-1,8%	(6.149)	-1,3%	102,0%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(12.560)	-1,8%	(3.004)	-0,6%	318,1%
Lucro líquido do período	49.523	7,1%	35.468	7,3%	39,6%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 701.611 mil comparativamente a R\$ 484.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 217.227 mil ou 44,8%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) *Environment*: crescimento de 30,5%, passando de R\$ 257.774 mil para R\$ 336.430 mil, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão total de resíduos em plantas industriais, além do efeito das aquisições, com destaque para Supply, Verde Ghaia e Âmbito; e
- (ii) *Response*: crescimento de 61,1%, passando de R\$ 226.611 mil para R\$ 365.181 mil, devido ao aumento no Brasil de contratos fixos com clientes (aumento das mensalidades recebidas) e ao aumento do número de ocorrências; efeito das aquisições da Allied, One Stop e IntraCoastal; além do efeito do câmbio.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 542.819 mil, uma elevação de 44,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

terceiro, manutenção de máquinas, equipamentos e veículos e custos com materiais utilizados na prestação de serviços, devido à maior atividade de tais controladas e, consequentemente, maior custo e investimento.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 158.793 mil comparativamente a R\$ 109.515 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 50.278 mil ou 45,0%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 22,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparadas a R\$ 24.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 4.789 mil ou 19,2%, aumento, justificado, principalmente, pelo aumento da estrutura comercial, devido a criação de 7 regionais, ampliação da estrutura administrativa, além do aumento dos gastos com Companhia aberta, como por exemplo Conselho de Administração.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 129.126 mil comparativamente a R\$ 84.637 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,6%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$ 54.622 mil, comparativamente a uma despesa de R\$ 40.016 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 14.606 mil ou 36,5%. Resultado financeiro, líquido representou 7,8% e 8,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a melhoria da estrutura de capital devido aos recursos oriundos do IPO em julho de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 74.502 mil, comparativamente a R\$ 44.618 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 29.883 mil ou 67,0%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, parcialmente impulsionado pela diluição do SG&A e resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.981 mil, comparativamente a R\$ 9.153 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 15.828 mil. Esta variação é atribuída,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

substancialmente, ao maior lucro antes do imposto de renda, além do aumento da alíquota efetiva de imposto.

Lucro líquido do período

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 49.521 mil, comparativamente a R\$ 35.465 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 14.055 mil ou 39,6%. Lucro líquido do período representou 7,1% e 7,3% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Ativo					
Circulante	1.500.173	30,9%	866.279	52,7%	73,1%
Caixa e equivalentes de caixa	793.241	16,3%	591.608	36,0%	34,1%
Contas a receber	540.021	11,1%	217.917	13,3%	147,8%
Impostos a recuperar	51.297	1,1%	22.687	1,4%	126,1%
Despesas antecipadas	24.711	0,5%	6.692	0,4%	269,3%
Outras contas a receber	90.903	1,9%	27.375	1,7%	232,1%
Não Circulante	3.361.196	69,1%	777.882	47,3%	332,1%
Contas a receber	9.129	0,2%	4.489	0,3%	103,4%
Impostos a recuperar	12.407	0,3%	4.202	0,3%	195,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.876	0,7%	12.999	0,8%	152,9%
Depósitos judiciais	2.377	0,0%	2.463	0,1%	-3,49%
Outras contas a receber	13.071	0,3%	5.094	0,3%	156,6%
Imobilizado	1.287.212	26,5%	356.514	21,7%	261,1%
Intangível	2.004.124	41,2%	392.121	23,8%	411,1%
Total do ativo	4.861.369	100,0%	1.644.161	100,0%	195,7%
Passivo					
Circulante	897.523	18,5%	165.649	10,1%	441,8%
Empréstimos e financiamentos	267.862	5,5%	44.876	2,7%	496,9%
Debêntures	74.232	1,5%	0	0,0%	100,0%
Fornecedores	99.380	2,0%	17.803	1,1%	458,2%
Salários e encargos sociais a pagar	69.029	1,4%	26.797	1,6%	157,6%
Impostos a recolher	68.684	1,4%	18.812	1,1%	265,1%
Dividendos a pagar	36.133	0,7%	10.646	0,6%	239,4%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	255.965	5,3%	38.467	2,3%	565,4%
Passivo de arrendamento	26.238	0,5%	7.645	0,5%	243,2%
Outras contas a pagar	0	0,0%	603	0,0%	-100,0%
Não Circulante	2.659.114	54,7%	252.762	15,4%	952,0%
Empréstimos e financiamentos	1.007.551	20,7%	162.260	9,9%	520,9%
Debêntures	1.318.007	27,1%	0	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	2.327	0,0%	2.579	0,2%	-9,8%
Impostos a recolher	8.839	0,2%	2.000	0,1%	342,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	112.513	2,3%	51.257	3,1%	119,5%
Passivo de arrendamento	49.973	1,0%	20.671	1,3%	141,8%
Patrimônio Líquido	1.304.732	26,8%	1.225.750	74,6%	6,4%
Capital social	1.151.602	23,7%	1.151.602	70,0%	0,0%
Gastos a emissão de ações	-107.937	-2,2%	-107.937	-6,6%	0,0%
Reserva de Lucros	267.781	5,5%	157.857	9,6%	69,6%
Transações de Capital	-128.544	-2,6%	-10.520	-0,6%	1121,9%
Ajuste acumulado de conversão	-5.674	-0,1%	10.776	0,7%	-152,7%
Atribuível ao controlador	1.177.228	24,2%	1.201.778	73,1%	-2,0%
Participação dos acionistas não controladores	127.504	2,6%	23.972	1,5%	431,9%
Total do passivo e Patrimônio líquido	4.861.369	100,0%	1.644.161	100,0%	195,7%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 201.633 mil, ou 34,1%, passando de R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 793.241 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela captação de R\$ 450 milhões de capital de giro.

Contas a receber (Curtos e longo prazo)

As contas a receber aumentaram em R\$ 390.272 mil, ou 156,3% passando de R\$ 249.781 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 640.053 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pelo crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 18.019 mil, ou 269,3%, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Environment, para suporte de eventuais gastos com soluções ambientais.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 930.698 mil, ou 261,1% passando de R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.287.212 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pelas adições de R\$550 milhões no exercício, sendo R\$440,2 milhões em Environment e R\$110,7 milhões em Response, que refletem a adição e manutenção de máquinas e equipamentos para atender o aumento da demanda por serviços e novos contratos implantados no período. Complementarmente, houve a incorporação do acervo de ativos proveniente das aquisições de empresas que ocorreram em 2021.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 1.612.003 mil, ou 411,1% passando de R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.004.124 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2021.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 1.068.277 mil, ou 515,7%, passando de R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.275.413 mil em 31 de dezembro 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela captação de R\$ 450 milhões de capital de giro.

O saldo de debêntures aumentou R\$ 1.392.239 mil, passando de R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.392.239 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente, principalmente, pela emissão, em junho de 2021, de debêntures no valor de R\$ 900 milhões a um custo de CDI + 2,85% a.a. para aquisição correspondente à 100% do capital social da Disal Ambiental e 50% do capital social da Suatrans Chile e pela 2ª emissão de debêntures de R\$500 milhões a um custo de CDI + 2,75% a.a.

Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 278.754 mil, passando de 89.724 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 368.478 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.304.732 mil, em comparação com R\$ 1.225.750 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 78.982 mil ou 6,40%, refere-se principalmente ao aumento do lucro líquido do exercício que reflete a captura de sinergias operacionais das aquisições feitas ao longo do ano.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Ativo					
Circulante	866.279	52,7%	226.971	36,5%	281,7%
Caixa e equivalentes de caixa	591.608	36,0%	77.639	12,5%	662,0%
Contas a receber	217.917	13,3%	116.508	18,7%	87,0%
Impostos a recuperar	22.687	1,4%	16.311	2,6%	39,1%
Despesas antecipadas	6.692	0,4%	0	0,0%	
Outras contas a receber	27.375	1,7%	16.513	2,7%	65,8%
Não Circulante	777.882	47,3%	395.651	63,5%	96,6%
Contas a receber	4.489	0,3%	5.183	0,8%	-13,4%
Impostos a recuperar	4.202	0,3%	12.558	2,0%	-66,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.999	0,8%	15.171	2,4%	-14,3%
Depósitos judiciais	2.463	0,1%	5.519	0,9%	-55,4%
Outras contas a receber	5.094	0,3%	4.130	0,7%	23,3%
Imobilizado	356.514	21,7%	208.314	33,5%	71,1%
Intangível	392.121	23,8%	144.776	23,3%	170,8%
Total do ativo	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%
Passivo					
Circulante	165.649	10,1%	132.566	21,3%	25,0%
Empréstimos e financiamentos	44.876	2,7%	70.520	11,3%	-36,4%
Debêntures	0	0,0%	1.745	0,3%	-100,0%
Fornecedores	17.803	1,1%	20.714	3,3%	-14,1%
Salários e encargos sociais a pagar	26.797	1,6%	19.650	3,2%	36,4%
Impostos a recolher	18.812	1,1%	13.243	2,1%	42,1%
Dividendos a pagar	10.646	0,6%	0	0,0%	100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	38.467	2,3%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	7.645	0,5%	4.129	0,7%	85,2%
Outras contas a pagar	603	0,0%	2.565	0,4%	-76,5%
Não Circulante	252.762	15,4%	281.059	45,1%	-10,1%
Empréstimos e financiamentos	162.260	9,9%	145.595	23,4%	11,4%
Debêntures	0	0,0%	102.822	16,5%	-100,0%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	2.579	0,2%	7.432	1,2%	-65,3%
Provisão para perdas com investimentos	0	0,0%	0	0,0%	
Impostos a recolher	13.995	0,9%	3.409	0,5%	310,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.000	0,1%	15.219	2,4%	-86,9%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	51.257	3,1%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	20.671	1,3%	4.647	0,7%	344,8%
Outras Contas a Pagar	0	0,0%	1.935	0,3%	-100,0%
Patrimônio Líquido	1.225.750	74,6%	208.997	33,6%	486,5%
Capital social	1.151.602	70,0%	69.202	11,1%	1564,1%
Gastos a emissão de ações	-107.937	-6,6%	0	0,0%	100,0%
Reserva de Lucros	157.857	9,6%	125.779	20,2%	25,5%
Transações de Capital	-10.520	-0,6%	0	0,0%	100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	0	0,0%	984	0,2%	-100,0%
Ajuste acumulado de conversão	10.776	0,7%	-800	-0,1%	-1447,0%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Atribuível ao controlador	1.201.778	73,1%	195.165	31,3%	515,8%
Participação dos acionistas não controladores	23.972	1,5%	13.832	2,2%	73,3%
Total do passivo e Patrimônio líquido	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 513.969 mil, ou 662,0%, passando de R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente, principalmente, dos recursos oriundos do IPO (oferta inicial de ações).

Contas a receber (Curtos e longo prazo)

As contas a receber aumentaram em R\$ 111.577 mil, ou 80,7% passando de R\$ 138.204 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 249.781 em 31 de dezembro de 2020, derivado principalmente do crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 6.692 mil, ou 100,0%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente, devido aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Response, para suporte de eventuais gastos na operação emergencial.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 148.200 mil, ou 71,1% passando de R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020. A variação é relacionada principalmente à expansão de frotas e equipamentos especiais.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 247.345 mil, ou 170,8% passando de R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2020.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)

O saldo de empréstimos e financiamentos reduziu R\$ 8.979 mil, ou 4,2%, passando de R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da liquidação antecipada das operações de capital de giro.

Debêntures (Curto e longo prazo)

O saldo de debêntures diminuiu R\$ 104.567 mil, passando de R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, devido a liquidação antecipada das debêntures.

Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 89.724 mil, passando de zero em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 89.724 mil em 31 de dezembro de 2020, oriundo dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.225.750 mil, em comparação com R\$ 208.997 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 1.016.753 mil ou 486,5%, refere-se principalmente ao IPO (oferta inicial de ações).

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	31/12/2020	2021 x 2020
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	164.601	9.523	1.628%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.836.497)	(196.541)	834%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.891.859	697.884	171%
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	219.963	510.866	(57%)

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 164.601 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 9.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 155.078 mil, ou 1.628%, é justificado substancialmente pela apropriação dos juros sobre debêntures e depreciação no período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.836.497 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 196.541 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 1.639.956 mil, ou 834%, é justificado substancialmente pelo dispêndio de caixa para aquisição de empresas.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.891.859 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 697.884 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 1.193.975 mil, ou 171%, é justificado substancialmente pela captação de debêntures no período.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	2020 x 2019
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	9.523	84.520	89%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(196.541)	(85.842)	(129%)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	697.884	57.276	(1118%)
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	510.866	55.954	(813%)

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 9.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 84.520 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R\$ 74.997 mil, ou 89%, é justificado substancialmente pelo aumento do contas a receber devido e extensão do prazo de recebimento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 196.541 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 85.842 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 110.699 mil, ou 129%, é justificado substancialmente pelo dispêndio de caixa para aquisição de empresas.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 697.884 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 57.276 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 640.608 mil, ou 1.118%, é justificado substancialmente pelo aumento de capital oriundo dos recursos primários captados na oferta parcialmente compensados pela quitação dos empréstimos e financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa relevante.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além das aquisições/alienações de participação societária descritas nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, não há outras operações desse tipo que tenham tido efeitos relevantes para a Companhia. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR “fase 2” (Alterações do IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR “fase 2”) - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. Nenhum impacto significativo foi avaliado pela Companhia.

Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16)

Desde 1º de junho de 2020 (com nova alteração desde 1º de junho de 2021), a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- i. A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- ii. Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (com a alteração ampliada essa avaliação para 30 de junho de 2022) (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021 (com a alteração ampliada a análise para 30 de junho de 2022));
- iii. Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06(R2)

A IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo.

Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo simplificado conforme facultado pela norma.

IFRIC 23/ICPC 22

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Companhia deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames, e concluiu que não há impactos significativos.

Outros pronunciamentos e interpretações

Além das alterações das práticas contábeis descritas acima, não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

	Valor
(em R\$ mil)	
Total ativo não circulante	6.030
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	2.276
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(120)
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	5.121
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(1.247)
Total passivo	6.030

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Diretoria da Companhia elabora suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Contudo, é necessário a aplicação de estimativas contábeis críticas e julgamentos da Diretoria da Companhia no processo de adoção dessas práticas. Dessa forma, evidenciamos a seguir as premissas que podem ser afetadas por tais estimativas.

Uso de estimativas contábeis e julgamento

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que impacta a determinação dos valores das linhas ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências, e pode ser revista, caso a estimativa seja questionada ou outra estimativa seja considerada mais adequada.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que há o reconhecimento da perda por imparidade ao resultado.

Investimentos em controladas

Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão – patrimônio líquido". A realização ocorre quando a baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que a Companhia consolida o resultado líquido das participações societárias detidas em empresas do grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(ii) **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iii) **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iv) **Contratos de construção não terminada**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(v) **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Item não aplicável, uma vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2021, o intangível variou R\$ 1.612.003 mil, derivado principalmente de ágio das aquisições e foram investidos R\$ 555.100 mil em adições ao imobilizado sendo a maioria para veículos, máquinas e equipamentos devido aos novos contratos de prestação de serviço do segmento Environment e expansão das bases do segmento Response.

Os investimentos para crescimento orgânico no exercício social corrente serão realizados acompanhando a celebração de novos contratos em ambos os segmentos. Por conta das características únicas de cada contrato, não há montante específico de investimento neste sentido, uma vez que são avaliados diversos fatores como, por exemplo, tipos e quantidade de veículos/máquinas/equipamentos, disponibilidade de ativos já existentes, dimensionamento dos projetos, entre outros.

Os investimentos para crescimento inorgânico no exercício social corrente serão realizados após avaliação criteriosa das empresas-alvo a serem adquiridas. Igualmente, por conta das características únicas de cada uma das empresas-alvo, não há montante específico de investimento neste sentido, uma vez que são avaliados diversos fatores como, por exemplo, potencial de crescimento, sinergias, ativos, carteira de clientes, atuação geográfica e mercadológica, entre outros.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com três fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia; (ii) linhas de financiamento de longo prazo e (iii) operações no mercado de capitais, no Brasil e/ou no exterior.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não havia adquirido plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que fossem influenciar materialmente sua capacidade produtiva. Não obstante, a Companhia e suas controladas investem constantemente em Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento, bem como em estudos e atualizações em novas tecnologias, uma vez que acredita que tais investimentos sejam capazes de alavancar os negócios da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia trabalhou para ampliar o seu portfólio de serviço e tem desenvolvido, no âmbito de seu projeto de investimento em pesquisa, inovação e desenvolvimento, alguns produtos desenvolvidos na valorização de resíduos, dentre os quais destacam-se: (i) Ecosolo – condicionador de solo; e (ii) Ecobase – artefatos cimentícios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Nos últimos 3 anos, houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment para desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos últimos 3 anos houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades da Companhia

Desde o início da pandemia, instalamos um Comitê de Contingência, que está atuando em diversas frentes e se reunindo periodicamente para tomar as decisões necessárias em diversas frentes e se reunindo periodicamente para tomar as decisões necessárias visando principalmente cuidar da saúde de todos nossos colaboradores. Dentre as ações adotadas podemos destacar: (a) instalação do túnel de descontaminação na entrada das instalações do grupo da Companhia; (b) adoção home office para parte dos colaboradores, inclusive os considerados como classe de risco; e (c) disponibilização de um Doutor Virtual. As decisões tomadas são reavaliadas constantemente, de acordo com o desenrolar dos fatos, determinações e orientações das autoridades competentes.

A administração da Companhia e de suas controladas ("Grupo") entende que o perfil dos serviços prestados por nossas unidades de negócio tem se demonstrado aderente à situação atual, pois parte substancial do faturamento é baseada em contratos de longo prazo com alta previsibilidade de receita e considerado como essencial para nossos clientes e sociedade.

Caso a duração da curva de contágio da pandemia de COVID-19 se prolongue no tempo, poderá haver uma desaceleração natural da economia dos países em que atuamos, o que pode impactar os nossos contratos (renegociação ou rescisão).

Ressaltarmos que a administração do Grupo também revisa periodicamente sua estrutura de custos, com a manutenção de um plano robusto de crescimento com investimentos na complementariedade em nosso portfólio de serviços e atuação de forma global, aliando capilaridade e qualidade nos serviços prestados.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.